

## Dora Kramer\*

# Lula enfrenta parada indigesta

Convites de presidente de República habitualmente não se recusam, ainda mais quando dirigidos a autoridades que estão na mesma cidade e sem afazeres que as impeçam de comparecer. A não ser que as ausências contenham significado e recado explícitos de contrariedade.

Foi assim interpretada a decisão dos presidentes da Câmara e do Senado de faltar à cerimônia de assinatura da lei de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador

Davi Alcolumbre (União-AP) atiraram em várias direções: conseguiram que as ausências tivessem mais destaque que o projeto e mostraram que o desacerto vai além de atritos com líderes petistas, alcança o presidente Lula (PT).

Ademais, negaram prestígio aos festejos da bandeira de campanha pela reeleição; evitaram ouvir do presidente palavras de apreço para tentar desanuviar o clima e ainda procuraram produzir um efeito demonstração para as tropas mais fiéis aos comandantes nas duas Casas.

A História nos conta que

na vigência da democracia presidente da República algum se sustenta em contraposição acentuada ao Congresso. Tanto pode ficar vulnerável ao extremo de um impeachment -o que não é o caso- quanto se tornar alvo de derrotas constantes ao ponto da ingovernabilidade.

O Parlamento é o dono do jogo e, portanto, cabe ao presidente calibrar os lances a fim ao menos de conseguir um empate. Lula não está se comportando assim, simplesmente porque trocou as tarefas de Estado pelas ações de candidato. Como tal, demarca terrenos no intuito

de ganhar a parada.

Embora a campanha eleitoral já tenha começado, ainda há mais de um ano de governo. É muito chão para o presidente achar que a batalha está ganha. Motta e Alcolumbre não tiveram oponentes nas eleições para Câmara e Senado, são de partidos de oposição e se identificam ideologicamente com a maioria.

Lula não tem nada a ganhar e pode ter muito a perder se não descer do palanque para se dar ao sacrifício do beija-mão.

**\*Jornalista e comentarista de política**

## Vinícius Lummertz\*

# A sucessão dos improváveis e o fracasso das previsões

Se ouvimos as tentativas de previsões antecipadas pelos analistas para a próxima eleição presidencial, percebemos sempre o mesmo tom seguro, como se o Brasil fosse governado por uma lógica previsível, estável e institucionalmente contínua. Mas a história política brasileira mostra exatamente o contrário. Poucos países apresentam uma desconexão tão grande entre previsões e resultados. Aqui, os favoritos raramente vencem; os improváveis quase sempre encontram o caminho do poder. A sucessão presidencial brasileira é marcada por rupturas, acasos e rearranjos que desafiaram qualquer modelo racional ou expectativa construída pelos observadores tradicionais.

O padrão se repetiu ao longo de toda a Nova República. Quem está no radar raramente vence; quem não está frequentemente surpreende. Analistas se apoiaram em máquinas partidárias, alianças regionais, estruturas de campanha e tempo de televisão, mas a verdade é que o país opera segundo outra lógica, mais caótica e mais sensível às tensões históricas e emocionais da sociedade brasileira. Poucas democracias relevantes têm dinâmica tão descontínua quanto a nossa, e essa descontinuidade se manifesta em praticamente todas as transições presidenciais.

A lista de presidentes improváveis é extensa e elucidativa. Jair Bolsonaro, sem estrutura partidária, sem tempo de TV e sem apoio institucional, emergiu em 2018 graças ao colapso das forças políticas tradicionais, ao desgaste ético da classe dirigente e ao ambiente emocionalmente inflamado das redes sociais. Em 2022, o improvável se repetiu de modo inverso. Luiz Inácio Lula da Silva, recém-saído da prisão e inegável meses antes, retornou ao Planalto numa circunstância que qualquer leitura racional teria considerado impossível pouco tempo antes. O fato de dois resultados tão improváveis terem ocorrido em sequência mostra que o

Brasil opera fora dos padrões de previsibilidade que caracterizam outras democracias.

Antes deles, Dilma Rousseff, tecnocrata sem carreira eleitoral, chegou à Presidência por decisão pessoal de Lula num partido que, ao longo de décadas, não conseguiui formar sucessores competitivos. Fernando Collor, alçado pela televisão e por um ambiente de desorganização partidária, derrotou lideranças muito mais estruturadas. Itamar Franco, vice discreto, assumiu após a queda de Collor, que abrisa o mercado de forma radical; e realizou um dos governos mais decisivos do período democrático ao dar autonomia ao Ministério da Fazenda e permitir o nascimento do Plano Real. Dessa iniciativa surgiria Fernando Henrique Cardoso, outro nome improvável até assumir a Fazenda, que acabaria eleito presidente e conduziria a agenda de modernização econômica mais abrangente desde o fim do regime militar. Michel Temer, vice sem base eleitoral robusta, assumiu em meio a uma crise profunda, recuperou o país de uma recessão de quase oito por cento do PIB, fez reformas decisivas, e entregou juro de seis e meio por cento, o menor patamar da história recente. Seu governo, embora breve, mostrou a potência transformadora que pode emergir exatamente quando o previsível se esgota.

No início da Nova República, José Sarney tornou-se presidente de forma inesperada após a morte de Tancredo Neves. Sua ascensão expressa esse traço brasileiro de que não assume necessariamente o previsto, mas sim o possível naquele instante histórico. Há ainda uma exceção estrutural relevante, que confirma a regra geral. As vitórias de Lula em 2002 e 2006 pertencem à lógica histórica do pós-ditadura. Foram resultado de um longo ciclo de reorganização social, sindical e política que começou no início dos anos 1980 e que consolidou o PT como força nacional.

A chegada de um líder popular ao Planalto, naquele momento, era coerente com a trajetória do país. Mas é apenas uma entre muitas outras sucessões que se desviaram radicalmente de qualquer previsibilidade.

No contraponto dos improváveis que chegaram ao poder, há a lista igualmente marcante dos prováveis que não se elegeram. Ulysses Guimarães, Mário Covas, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves tinham densidade política, trajetória histórica e presença nacional para ocupar a Presidência em qualquer sistema político estável. Em democracias mais previsíveis, todos poderiam ter sido presidentes. No Brasil, porém, a estrada dos prováveis se desfaz diante de crises, rupturas partidárias, confrontos internos, fragmentação ideológica e choques de conjuntura que reconfiguram o tabuleiro eleitoral de maneira brusca.

Essa irregularidade não desapareceu com o tempo. Ela se reproduziu nos estados, inclusive em São Paulo, tradicionalmente mais previsível. João Doria surgiu como outsider e venceu avassaladoramente duas disputas importantes. Tarcísio de Freitas, desconhecido até meses antes, tornou-se governador com ampla margem. A ascensão repentina de Pablo Marçal redesenhou a disputa municipal da capital, enfrentando Ricardo Nunes com força incomum. Em vários estados, fenômenos semelhantes ocorreram, desmontando estruturas que, segundo os modelos tradicionais, deveriam permanecer dominantes.

Nos ciclos mais recentes, essa imprevisibilidade histórica passou a ser amplificada por um segundo vetor decisivo: a política mediada pelas redes sociais. O ambiente digital opera por estímulos emocionais que alteram o comportamento eleitoral. A dopamina favorece mensagens rápidas e altamente recompensadoras; a adrenalina amplifica o conflito e dá visibili-

dade a discursos polarizados; o cortisol aumenta a sensibilidade do eleitor a mensagens de ruptura; e microcomunidades digitais criam lealdades instantâneas a lideranças emergentes. O efeito combinado é uma aceleração dos improváveis e um enfraquecimento dos trajetos tradicionais construídos ao longo de décadas.

No centro de tudo permanece o elemento estrutural: o Brasil não forma sucessores. Os partidos carecem de continuidade programática, liderança de longo prazo e cultura organizacional capaz de produzir nomes consistentes para a Presidência. São máquinas de curto ciclo, voltadas à sobrevivência imediata e muitas vezes dependentes de personalidades. Onde não há sucessão organizada, aparece o vácuo. E onde há vácuo, o improvável ocupa o espaço.

É verdade que outras democracias também produzem surpresas. Barack Obama e Donald Trump são exemplos disso nos Estados Unidos. Mas lá a imprevisibilidade é episódica. Aqui ela é sistêmica. Lá as estruturas partidárias do bipartidarismo organizam expectativas e delimitam o campo do possível. Aqui elas se desfazem e se recombinaem continuamente.

O resultado é claro. No Brasil, previsões eleitorais servem menos para antecipar o futuro e mais para preencher espaço no debate público, até o período de desincompatibilizações. Até lá o país opera segundo sua própria lógica, onde o previsto frequentemente se desmancha e o improvável assume o comando. A história mostra que, em nossa democracia descontínua e porosa, são justamente os improváveis que definem os rumos da República e que, muitas vezes, entregam as transformações que os prováveis nunca conseguiram realizar.

**\*Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

## Tales Faria

# Para Planalto, centro se mexe contra investigações

Passaram-se oito longos anos de tramitação no Congresso para, enfim, no dia 2 de setembro, o Senado regulamentar e permitir a penalização da figura do “devedor contumaz”.

A regulamentação consta do projeto de novo Código de Defesa dos Contribuintes, que só ganhou fôlego na pauta do Senado após a megaoperação intitulada “Carbono Oculto”, que foi deflagrada na semana anterior pela Receita, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público de São Paulo.

As investigações apontaram uma organização criminosa na cadeia de importação, produção, distribuição e comercialização de combustíveis com elos em diversas empresas, algumas operadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) e outras organizações criminosas.

Cerca de 1.000 postos de combustíveis em dez estados movimentaram R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, a maioria para lavagem de dinheiro.

Imediatamente surgiram informações de que o esquema só conseguiu funcionar graças ao envolvimento direto de autoridades e políticos poderosos do centro.

Para afastar suspeitas, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União –AP), resolveu apressar a votação do projeto do novo Código de Defesa dos Contribuintes, regulamentando a figura do devedor contumaz.

Vigiado pela opinião pública, o poderoso centro impulsinou a votação às pressas do texto, que foi aprovado por unanimidade e seguiu direto para a Câmara.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a aprovação durante uma solenidade de entrega de medalhas no Palácio do Planalto. Num recado aos congressistas, cobrou em tom premonitório que, agora, era a vez de os deputados votarem.

“Espero que não seja necessário outro evento desse tamanho para a Câmara se sensibilizar”, disse Haddad. O evento a que ele

se referia, e que fez o projeto ser aprovado no Senado, foi a Operação Carbono Oculto.

Coincidência ou não, foi “outro evento desse tamanho” que fez o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), mover-se. Mesmo depois de ter sido aprovada a urgência do projeto, no dia 30 de outubro, Motta havia engavetado o texto sem nem designar um relator.

Nesta quinta-feira, 27, nova megaoperação da Receita, da PF e do Ministério Público de São Paulo na área de combustíveis apontou um prejuízo de R\$ 26 bilhões aos cofres públicos. Os alvos foram 190 empresas direta ou indiretamente ligadas ao grupo Refit, dono da antiga refinaria de Manguinhos.

Em maio, segundo a imprensa, Hugo Motta teria participado de um jantar em Nova York oferecido pela Refit, empresa liderada pelo empresário Ricardo Magro. O grupo Refit é considerado o maior devedor de ICMS (Imposto so-

bre Circulação de Mercadorias ou Serviços) do estado de São Paulo, o segundo maior do Rio e dos maiores da União.

Em 2016, Magro foi um dos alvos da Operação Recomeço, da PF e do Ministério Público Federal, que investigou desvios de recursos dos fundos de pensão da Petróbras e dos Correios. Ele também foi advogado do deputado Eduardo Cunha, quando este foi afastado da presidência da Câmara dos Deputados.

A crença no Palácio do Planalto é de que a irritação do comando do Congresso tem pouca relação com descentendimentos pessoais. Teria por trás a desconfiança do centro de que seus quadros são o grande alvo dessas megaoperações.

Afinal, Ricardo Magro nunca escondeu suas relações com políticos poderosos. E os políticos, por sua vez, também não escondem sua predileção por empresários endinheirados. É um casamento perfeito. Ou quase, porque às vezes acaba em encrenra.

## Aristóteles Drummond

# Família ou família e o voto

Quem acompanha o noticiário policial no Rio de Janeiro conhece a nomenclatura dos chefes do jogo do bicho e sabe que são quase todos filhos ou sobrinhos de contraventores, no melhor estilo da máfia na Itália, como nos EUA.

Na política brasileira, até aqui, esta transferência familiar sempre se deu em função da vocação dos herdeiros, nascidos e criados em meio à política. Mas sempre em eleições proporcionais, raramente em majoritárias e para executivos em qualquer nível. Afinal, lideranças políticas com voto devem se voltar para atender o interesse público e não engordar a renda familiar com mandatos. É preciso conhecer a atuação parlamentar ou ter o mínimo de experiência e preparo para o cargo executivo.

A prática do voto deveria obedecer a critérios de responsabilidade, contemplando o votado em função de suas propostas e qualidades. Votar em filho, mulher, é arriscar tornar o voto inútil para a sociedade, assim como votar em personalidades do mundo artístico ou desportivo. A democracia não deve ser apequenada com este tipo de motivação ou apelação para o voto. O candidato deve herdar qualidades do pai e não votos.

A vantagem desta desi-

lusão com os políticos é que pode permitir uma maior responsabilidade do eleitor, que, na verdade, é o responsável pela eleição de cada um dos eleitos. Ninguém chega a cargos eletivos sem voto.

A reforma eleitoral e política se impõe como necessária para construir uma democracia mais responsável, pois a volta da cláusula de barreira serve para diminuir o número de partidos e o voto distrital misto, para melhorar a qualidade da representação. Talvez, ainda, aproveitar a proposta do saudoso Francisco Dornelles de “deputados nacionais”, que seriam votados em todo país por uma lista de notáveis, e os candidatos seriam apresentados pelos partidos, mas os eleitos seriam os mais votados pelo eleitorado nacional.

Falar em democracia com cenas como as da ocupação da mesa da Câmara por deputados que mais pareciam militantes ou milicianos fica difícil. E a culpa é tanto do eleitor como dos protagonistas da palhaçada.

Formar chapas com parentes de lideranças vivas, mortas ou presas e apequenar a democracia.

Sucessão pelo nascimento só nas monarquias em que os governantes são educados para governar. Improvisar beira o ridículo.

## EDITORIAL

# As novelas e o streaming

Há algum tempo, a audiência das novelas caiu e muitos brasileiros se perguntam se o público ainda se reconhece nas tramas da televisão aberta. De tempos em tempos, uma história se destaca. Em 2012, até a então presidente Dilma Rousseff cancelou compromissos para ver o fim de Avenida Brasil. Mais recentemente, voltou-se a questionar quem matou Odete Roitman, mas sem o mesmo entusiasmo.

Apesar de alguns sucessos, o cenário mudou. No início dos anos 2000, seria impensável uma novela das nove ser exibida e esquecida ainda no mesmo ano. Hoje, diversas tramas da última década já se perderam da memória popular.

Críticos apontam que o ritmo lento das produções não combina mais com a rotina apressada dos espectadores, habituados a narrativas curtas e diretas das séries estrangeiras. O hábito de acompanhar um capítulo por dia, seis vezes por semana, já não cabe na vida de muitos brasileiros.

Outro ponto é a identificação.

O público se reconhece no que vê? Houve avanços na diversidade dos elencos, mas nem sempre acompanhados de histórias que explorem suas experiências. Muitas vezes, a inclusão parece uma obrigação, não uma escolha.

Nesse sentido, o horário das sete tem se destacado. Em 2023, Vai na Fé, de Rosane Svartman, alcançou 23,4 pontos ao unir temas sociais e questões religiosas. O sucesso se repete com Dona de Mim, que deve se tornar a novela mais longa do horário, com 220 capítulos previstos até 2026.

Curiosamente, tramas esquecidas na TV ganham nova vida no streaming. Viver a Vida (2009), antes discreta, voltou a ser sucesso ao retratar uma protagonista negra forte, um retrato mais desejado hoje do que há 15 anos.

Mesmo assim, o poder da televisão resiste quando acerta o tom. O remake de Renascer alcançou 311 milhões de horas assistidas em duas semanas, superando até produções globais da Netflix. O público pode ter mudado de tela, mas não de emoção.

**Correio da Manhã**  
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)  
Paulo Bittencourt (1929-1963)  
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

**Patrick Bertholdo** (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

**Cláudio Magnavita** (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

**Redação:** Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

**Serviço noticioso:** Folhapress e Agência Brasil  
**Projeto Gráfico e Arte:** José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira  
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872  
**Whatsapp:** (21) 97948-0452  
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057  
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-202  
[www.correiodamanha.com.br](http://www.correiodamanha.com.br)  
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.